

mudar
a



vida

publicação do graal

22.

DEZEMBRO 1979

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos

FÉ E ACÇÃO POLÍTICA

Uma das múltiplas leituras possíveis dos 150 dias de governação de Maria de Lourdes Pintasilgo é a que nos remete à reflexão sobre a interligação entre a fé e a acção política.

É essa a perspectiva que escolhemos para este número de «Mudar-a-Vida». A introduzir o tema, um excerto de um artigo escrito em 1970 por M.L.P.; a ilustrá-lo, alguns textos sobre o modo como este período de governação foi visto e sentido por cristãos e não cristãos deste país.

EVANGELHO E POLÍTICA

Falar de «Evangelho e acção política» supõe ultrapassada a antinomia «Igreja-Estado». Supõe ultrapassado o longo momento de regulamentação jurídica entre a Igreja e o Estado, concebidos como dois poderes que se exercessem adentro das mesmas fronteiras. Supõe ultrapassada a imagem de uma Igreja delimitando monoliticamente os princípios norteadores das opções concretas individuais, como supõe ultrapassado o conceito de Estado autocrático em que a política fosse apenas o domínio dos grupos governativos.

A substituição de um binómio por outro — de «Igreja-Estado» por «Evangelho e acção política» — não implica o desconhecimento das realidades institucionais da Igreja e do Estado nem tão pouco a rejeição da eventual necessidade de verificar como se processa a sua articulação. Implica, sim, o reconhecimento de um certo «aggiornamento» dos termos em que se pode equacionar essa articulação.

Depois de Vaticano II, deixou de ser prioritária a forma jurídica como uma Igreja local se articula com o Estado que cobre o mesmo território. De resto, a variedade das soluções adoptadas pela Santa Sé nas relações com vários Estados, desde Espanha até aos países da Europa de Leste, mostra bem que o essencial da presença da Igreja na sociedade política se encontra para além da aparelhagem jurídica. A Igreja deixou de ser um poder a medir-se com outro poder para se centrar naquilo que lhe cabe ser — Igreja-fer-

mento na sociedade dos homens, Igreja-sacramento de unidade do mundo, Igreja-esperança segura da solidariedade humana.

Neste contexto, não parece correcto falar-se hoje de «posição da Igreja» em matéria política. Aqui, como em outros sectores da actividade humana, a Igreja respeita o princípio de incerteza justificador da coexistência de soluções técnicas diversas. Reconhece um pluralismo político que se apresenta com a força dos factos — o que é aconselhável em determinado meridiano, latitude e momento poderá ser totalmente desaconselhável em outra situação. Assim ganha maior evidência a afirmação tantas vezes esquecida de que a Fé não fundamenta uma opção política particular nem poderá encontrar-se no Evangelho a justificação de uma prática política concreta.

Não está, porém, a Igreja alheada da realidade política. A Fé dos cristãos e o Evangelho que os guia não dá soluções feitas, mas apontam para valores que a Igreja tem necessariamente de procurar viver e comunicar. A Igreja, onde quer que se encontre como comunidade de crentes, viva e estruturada pela hierarquia, terá de proclamar a libertação do homem e o amor fraterno, recusando, em nome do Evangelho, toda e qualquer solução que marginalize um grupo de homens. Nesta proclamação e nesta recusa a Igreja aparece como uma nova força capaz de transformação: **força de denúncia** das situações que oprimem os ho-

mens e os impedem de viver livre e dignamente; **força de anúncio** da Boa-Nova de libertação prometida aos «cativos», aos pobres, aos oprimidos.

Em tal perspectiva, o cristão passa a ser o «lugar» da acção política em que se explicita o Evangelho. Perdem então sentido certos tipos de cristãos a que outras épocas nos habituaram: o cristão «nacionalista» que punha a Igreja ao serviço do Estado e tudo justificava com a bandeira da civilização cristã; o cristão «eclesiástico» que em todas as atitudes do Estado só via as possibilidades de ameaça para a Igreja e proclamava os «direitos» inalienáveis da Igreja; o cristão «puro» que não queria macular os seus ideais teóricos na execução do limitado e separava cuidadosamente os seus momentos políticos da sua vida eclesial.

Ao contrário destes tipos de ontem, o cristão de hoje não procura numa Igreja remota as normas para o ordenamento da cidade terrestre nem espera que a hierarquia venha regulamentar o seu comportamento político. O cristão de hoje sabe-se carneira do Evangelho e do mundo. Sabe-se sujeito da acção política. E sabe que nessa acção vêm convergir implicações da sua existência humana e cristã.

Tal como qualquer outro cidadão age, politicamente, como um ser-em-situação, quer dizer: ligado a uma história, solidário de vários grupos humanos, enraizado em determinada geografia. A sua acção política é, como a dos outros homens, uma acção concreta, localizada, datada.

A consciência do carácter situado da sua acção é, para o cristão, simultaneamente uma limitação e um desafio. Limitação porque cada acto político, marcado pelo tempo e espaço, nunca atinge a idealização que os princípios teóricos poderiam indicar. Desafio porque, nessa mesma limitação, o cristão tem de descobrir a dimensão de encarnação que o Evangelho traz consigo. O cristão recusará assim tanto o pessimismo que leva a estabelecer paralelismos constantes com outras situações como o optimismo dos que se consolam com o mal alheio. A lei da encarnação exige-lhe uma atitude de «esperança realista» ou de «perseverança desiludida», como lhe chama o teólogo alemão Metz.

Aliás, através da vivência da encarnação, o cristão descobre a própria natureza do terreno coberto pela «acção política». Se a política ultrapassou hoje os quadros de uma técnica bem definida e se a acção política, vista como fenómeno sociológico, surge como «a reunião de homens decididos a fazer passar nas relações humanas e nas estruturas que as regem o ideal que entreviram», não podemos dizer que a função governativa no Estado ou as forças que a apoiam ou a contrariam no seu próprio terreno esgotem o conteúdo da «acção política». É, sem dúvida, uma das convicções mais fortes do nosso tempo a afirmação do alcance político de todas as acções — ensinar nesta ou naquela escola, comprar este ou aquele produto, realizar tal ou tal tarefa, tudo vem marcado de um coeficiente político tanto mais elevado quanto mais deter-

minante for para as relações humanas e para as estruturas que regem a acção em causa.

Perante cada decisão a tomar ou acção concreta a empreender, não poderá o cristão decalcar uma posição doutrinária nem recorrer à aplicação ao caso individual duma norma jurídica mais ampla. Solidário com os outros homens, o cristão, guiado pelo Evangelho, terá necessariamente que rejeitar posições ideológicas de bloco. Perante uma determinada situação, tentará resolver, com a criatividade de que for capaz, o problema que aí está presente. Ele é homem e não máquina cuja resposta se possa programar para os vários tipos de problemas. O Evangelho não se vem sobrepor à solução do problema, como se fora uma bitola com que o cristão aferiria a solução política já tecnicamente concebida. O cristão age sempre enquanto homem-cristão. Isso significa que os critérios do Evangelho informam, por dentro, a natureza da acção política que o cristão realiza.

M. L. P.

in «Igreja-em-Diálogo»
Dezembro de 1970

A VINGANÇA DOS SACRISTÃES

Maria de Lourdes Pintasilgo é uma oportunidade perdida pelos católicos portugueses.

Não que esta mulher, que é católica, seja chefe de um governo católico. Não o permitiria a Constituição, não o permite o compromisso que assumiu. Nem que esta mulher, enquanto governante, dispusesse largamente de poder e de tempo. Mas porque, ainda assim, nunca como com esta mulher lúcida e corajosa os católicos portugueses tiveram a oportunidade de se identificar, e de apoiar, uma abordagem tão ao mesmo tempo discreta e vivamente cristã do poder, uma sensibilidade e uma prática governativas tão sintonizadas com a Igreja moderna, renovada e em renovação. Nunca como com esta mulher o catolicismo assumiu, neste país, este dever de si e do mundo. Nunca como com esta mulher o catolicismo esteve prestes a tocar, neste país, a imaginação da coragem.

Dir-se-ia que a opinião católica só podia aproveitar este rosto franco, este discurso político tremadamente novo, explosivamente humano na sua simplicidade, este discurso moral e cultural, este respeito pela inteligência dos outros, este discurso político desprendido do provincianismo, do paroquianismo, aberto ao mundo, competentemente, profissionalmente, aberto ao mundo.

Dir-se-ia que este discurso, que parece vir de outro planeta mas que vem apenas de uma forma humana de ser governante, de uma recusa de converter o poder numa profissão, de uma forma mais alargada e moderna de ser cidadã do mundo, sendo-se cristã, só podia desencadear um diálogo renovador entre os católicos e o seu país, entre os católicos e a sua Igreja, entre o país e a parte que tem de consciência ou, pelo menos, de sensibilidade cristã.

E, no entanto, sectores destacados da opinião católica portuguesa voltaram as costas a esta mulher, ao governo desta mulher, sob a alegação, tantas vezes por esta mesma Igreja torneada no passado, tantas vezes por ela sofismada, de que a Igreja e o poder político não se encontram.

Reconhecem nesta mulher, não o adversário oficial, exterior, mas o adversário que vem de dentro. É a fecundidade da subversão cristã. Não já no exemplo dramático e distante de um bispo sul-americano. Não já na voz jovem deste ou daquele sacerdote. Mas na audácia, no escândalo, de um cristianismo renovado

e renovador exercendo, inesperadamente, sem a sua autorização, hoje e aqui, o poder político, por limitado que seja esse poder político.

Com eles, Cristo será poder, sim, mas sob outro rosto. Não o rosto exigente e dramático de Cristo vivo, mas o rosto lúcido do sacristão político, do notário de Deus, do administrativista da Fé. Será a velha e tão comprometida, tão desacreditada, tentativa de adjectivar de cristão um partido político, um poder, um «establishment». De burocratizar Deus. De profissionalizar administrativamente Cristo. De conservar, sob o seu manto, uma classe inconsútil.

UM IDEAL A ASSUMIR

Maria de Lourdes Pintasilgo acalenta um projecto de futuro utópico, onde os apregoados direitos do homem sejam uma realidade vivida por todos, sem opressores nem desprotegidos, tendo como ponto de partida para solucionar problemas a participação e a responsabilidade comum. Mal é que tal ideia, embora se chame de «esquerda», não seja assumida por quantos acreditam no Reino de Deus.

A mensagem dos profetas ou o relato do que Jesus disse e fez garantem-nos que chegará o dia da libertação, a favor dos órfãos, das viúvas e do estrangeiro, os símbolos máximos, na época, do abuso dos poderosos.

Urbano Duarte
in «Correio de Coimbra»
25/10/79

Sabe-se o que é a democracia cristã italiana, e sabe-se quanto a Igreja ela-própria já hoje se demarca desse compromisso absurdo e incómodo, dessa cumplicidade. Desse Cristo comendador, notável, oneroso, desse Cristo condecorado, que faz Fiats e cinema.

Que interessa que, em Portugal, os Andreotti, os Fanfani, tenham 40 anos? É óbvio que eles são, como em Itália, funcionários da sua classe. E que, tendo o interesse europeu da classe, desenvolvimentista e aparentemente desinibida, têm na verdade medo do mundo. São os provincianos da Europa. São os egoístas da riqueza, os murados da NATO. A Europa não é para eles uma pátria, nem humana nem cultural, é uma classe social. Um fortim. É por isso que eles a contrapõem ao mundo. É por isso que eles temem o diálogo Norte-Sul. É por isso que eles temem a ideia própria da solidariedade com os países não-alinhados. É por isso que eles temem a dialéctica desse diálogo, a interacção explosiva desse diálogo, os riscos do humanismo cristão. O mundo é, para eles, o cerco dos pobres. Uma ameaça directa ao conforto desse retrato de classe que são as democracias de tipo ocidental.

Que têm eles a ver com a coragem católica de ser mundo, com o universalismo cristão, com a obrigação dos fracos, dos subdesenvolvidos, dos oprimidos? Com a coragem portuguesa de, sendo naturalmente europeus, o sermos sem o egoísmo europeu? Com a coragem portuguesa de sermos outra vez mundo? E de reconhecermos que é no mundo que se travam as nossas próprias batalhas?

É por isso que estes sectores não se reconhecem nesta mulher. E não apenas não se reconhecem na exigência e na dimensão do seu projecto, na sua transparência, na sua boa-fé, na angústia da sua ge-

nerosidade encurralada nos limites deste governo. Vão mais longe. Hostilizam-na. Cobrem-na de suspeitas, de calúnias, de opróbrio. Alinham com os seus adversários, acreditam nas insinuações desses adversários, riem com as suas caricaturas. São eles próprios os adversários mais directos desta mulher.

Temem-na.

Não imediatamente a ela, que não lhes quer roubar o lugar político, a profissão política, como eles o ocupam, e a desempenham. Mas aquilo que ela representa, ao impacto inevitável de renovação e ao choque de qualidade e de profissionalismo que essa renovação já traz. Ao sopro que vem já das grandes organizações internacionais, que se estrutura, se pragmatiza, se viabiliza. Ao sopro que vem da própria Igreja. A tudo aquilo de que esta mulher é, inquietantemente, vanguarda.

É importante verificar que forças se lançam contra o que esta mulher representa e com que linguagem o fazem e que processos usam. É importante verificar que essas forças são aquelas que reclamam o voto cristão, que se reclamam oficiosamente de Cristo. O ataque que fazem a esta mulher, as motivações que esse ataque encerra, as formas que reveste, os excessos a que chega, têm pelo menos, no imediato, uma vantagem. São uma sinalização moral e, se quiserem, eleitoral, para os homens e mulheres de boa-vontade em geral e para os cristãos em especial.

Tudo isto que significa?

Significa, em primeiro lugar, que é a classe quem mais ordena. Que nesses sectores destacados da opinião católica portuguesa é a classe quem mais ordena. Que Cristo vem depois. E que se acautele.

Significa, em segundo lugar, que o catolicismo não é solidariedade que baste, que os católicos são uma nação dividida, que a linha de combate passa pelo meio do povo cristão. Que não há um voto cristão oficial, que não pode haver um voto cristão oficial. Que esse adjectivo, em política, é um abuso.

Significa, em terceiro lugar, que a Igreja moderna ainda não chegou a Portugal. Ou custa a chegar.

Cristo contra Cristo?

Ou simplesmente o passado contra o futuro?

Maria de Lourdes Pintasilgo será, talvez, uma oportunidade perdida, voluntariamente perdida, cuidadosamente perdida, por esses sectores católicos portugueses.

Mas não o é, nem para os católicos que lutam por uma presença de Cristo na Terra, por uma Igreja moderna e viva, e são muitos neste país, nem para todos aqueles que, não sendo, como nós não somos, nem católicos, nem cristãos, nem sequer religiosos, lutamos

por muitas das coisas pelas quais luta esse Cristo vivo, essa Igreja viva.

Parece-nos que Cristo só muito dificilmente se poderá reconhecer em alguns cristãos, e que talvez se reconheça em muitos agnósticos. Se o cristianismo é um dos nomes da transformação da sociedade e da libertação do homem é um belo nome. Mas há outros nomes.

Esta mulher, que ninguém apela, que muitos atacam, e que os que não atacam quando muito não desapoiam, merece, pela sua qualidade, pela sua dignidade, pela sua alegria cristã, pelo seu optimismo inexoravelmente histórico, pela sua coragem humana, uma homenagem dos desobrigados das disciplinas partidárias.

Esta é.

Artur Portela
in «Portugal Hoje»
8/11/79

A PRÁTICA E O TESTEMUNHO DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO

Em Maria de Lourdes Pintasilgo, o poder político foi exercido como um serviço; o rigor técnico não redundou em frieza burocrática, antes foi compatível com imaginação, espírito de equipa, criatividade, procura de novos caminhos para o futuro, provocando mesmo um entusiasmo que contagiou diversos sectores da administração pública.

Ela afirmou com clareza que não é o homem que existe para a economia mas a economia para o homem. Esboçou uma procura das prioridades sociais e culturais, privilegiando os mais desprotegidos, os marginalizados, os homens e mulheres sem voz, dando a primazia à satisfação de algumas necessidades mais urgentes, colocando assim no devido lugar a própria eficácia do crescimento económico.

A sua prática política não se limitou às cúpulas do poder mas buscou o contacto directo com as populações, acreditando na capacidade popular para encontrar as melhores soluções. O esforço por possibilitar ao povo ser sujeito activo da sua própria história permite, sem populismos nem demagogias, ter em conta o global e o concreto, o universal e o particular.

Ao rosto humano dessa política não foi alheio o facto de o Primeiro-Ministro ser uma mulher. Tal facto não só projectou uma nova imagem da mulher na vida política portuguesa destruindo arraigados preconceitos, como poderá ter profundos reflexos na mentalidade e no comportamento das mulheres e dos homens do nosso país.

A consciência de que um país, mesmo pequeno, pode ver a sua soberania respeitada na cena internacional foi outra dominante da sua governação. Daí a busca dos caminhos concretos da independência nacional e da justa posição de Portugal no mundo.

Mais ainda: pela sua voz, Portugal deu um contributo positivo para o reordenamento das relações internacionais e para uma nova concepção da comunidade mundial e das suas instituições.

Desta maneira, sem provincianismo nem nacionalismo estreito, ela soube exprimir como poucos a identidade nacional portuguesa, afirmando a sua dignidade e as suas raízes culturais.

Em tudo isto, Maria de Lourdes Pintasilgo invocou a sua fé cristã, não como uma bandeira que se exhibe mas como uma inspiração que se proclama e uma ética que se leva à prática. Os abaixo-assinados reconhecem nela esta qualidade e vêem no seu comportamento de governante a confluência de um projecto político progressista e libertador e de uma intervenção inspirada nos valores do Evangelho. Nessa confluência se funda a paixão por uma terra fraterna e se encontram a competência e a eficácia, a coragem e a alegria.

Texto elaborado por
católicos e militantes de origem cristã.
Primeiros signatários:

José Manuel Pinto Correia
Luís França
João Pedro Miller Guerra